

ANÁLISE DA CONJUNTURA BRASILEIRA

Ivo Lesbaupin

4 julho 2022

*“O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer”
(afirmação do presidente Bolsonaro em visita aos EUA - março/2019).*

Desde o início do governo Bolsonaro, nós estamos vivendo um processo de destruição do país.

Projeto de destruição

[Antes: *Lei do Teto dos Gastos* (2016 - Temer)
Reforma Trabalhista (2017 - Temer)]

Nossas riquezas nacionais estão sendo entregues, sem o menor pudor, ao setor privado, a estrangeiros – petróleo, pré-sal -, com as maiores facilidades, a Amazônia está sendo devastada numa velocidade incrível: desmatamento, queimadas, “passando a boiada”, as políticas públicas que tínhamos estão sendo demolidas. Cada ministro que é nomeado o é para destruir sua pasta.

Desmonte da política de saúde – A redução de recursos aumentou no período recente, mas já estava ocorrendo no período anterior, desde o governo FHC. Este é um dos elementos centrais das políticas neoliberais: reduzir os recursos para as políticas sociais (saúde, educação, previdência, transporte, habitação, etc.).

A pandemia atingiu o país num momento em que o setor de saúde já estava frágil. No Brasil, em dez anos (2008-2018), o SUS perdeu mais de 40 mil leitos. Veio a pandemia, na qual o que mais precisávamos era de leitos, sobretudo de UTI. Faltaram respiradores, equipamentos de proteção individual (EPI) e outros insumos...

Nos últimos seis anos, o quadro se agravou, especialmente com a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, no governo Temer (2016), lei que vale para os próximos 20 anos.

Somos **o único país do mundo que adotou uma lei tão drástica** para limitar os gastos públicos em saúde e educação. Nos raros países que adotaram leis semelhantes, o prazo era por 5 anos.

Parênteses: logo no início da quarentena (março 2020), o governo liberou 1 trilhão e 200 bilhões para utilização dos bancos.

Genocídio. Existe uma atuação deliberada do governo no sentido de promover uma política de morte pelo coronavírus, como foi demonstrado pela CPI da Covid. Foram, até agora, 670 mil mortes.

Além disso, temos o genocídio dos povos indígenas e tradicionais e o genocídio da juventude negra das periferias urbanas (vítima de ações policiais na chamada “guerra às drogas”)¹.

Desmonte dos Direitos Trabalhistas (Reforma Trabalhista)

Desmonte da Política de Educação – O que está ocorrendo é um desmonte da educação pública: a execução financeira da função educação caiu 8 bilhões de reais neste período (cf. estudo do INESC).

Redução dos recursos para a Universidade Pública, e ataques às instituições de pesquisa (Fiocruz, Instituto Butantã), aos professores, aos estudantes, interrupção da oferta de bolsas de estudo.

Povos indígenas. 45% dos gastos da FUNAI para proteger e demarcar os territórios dos povos indígenas foram destinados a indenizações e aquisições de imóveis – medida que beneficia ocupantes **não indígenas**.

Além disso, o governo incentiva a mineração e o garimpo em terras indígenas, deixando seus habitantes à mercê dos invasores. Os órgãos do Estado que deveriam defendê-los foram enfraquecidos e desvirtuados (FUNAI, IBAMA).

Habitação. O orçamento da função habitação teve redução de recursos desde 2019. No caso da *habitação de interesse social* – voltada para os setores vulneráveis -, não houve previsão de gastos em 2020 e em 2021.

Meio ambiente. O orçamento executado para o meio ambiente em 2021 foi o menor dos últimos três anos: foram gastos apenas R\$ 2,49 bilhões, comparado a R\$ 3 a 4 bilhões gastos em anos anteriores, para todos os órgãos ambientais.

Criança e Adolescente. “A execução financeira da subfunção de Assistência à Criança e ao Adolescente caiu 28% em termos reais” entre 2019 e 2021.

Igualdade racial. Em 2021, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos gastou cerca de oito vezes *menos* recursos para a promoção da igualdade racial do que em 2019. “A execução financeira passou de R\$ 17,6 milhões em 2019 – gasto que, na realidade, obedeceu ao planejamento orçamentário da gestão anterior – para apenas R\$ 2 milhões (de R\$ 3,3 milhões disponíveis) em 2021”.

Desmonte da Previdência (Reforma da Previdência): tornou mais difícil aposentadoria e pensão para a maioria da população, a de rendas mais baixas.

Desmonte da Política externa (soberania)

Ataque à liberdade de comunicação - Ataques sistemáticos e arguição de suspeição sobre os meios de comunicação formais, estimulando versões falsas (*fake news*). Ataques a jornalistas, especialmente mulheres, toda vez que publicavam matéria pouco ou desfavorável ao governo ou ao presidente.

¹ A maior parte das vítimas das mortes violentas e intencionais no país é negra (77,9%), do sexo masculino (91,3%) e jovem entre 12 e 29 anos (50% do total). Dados foram divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/mortes-violentas-caem-6-no-brasil-em-2021-aponta-anuario>).

Montagem e funcionamento de um “gabinete do ódio” dentro do governo.
Ataques sistemáticos aos adversários (tratados como “inimigos”), com utilização massiva de desinformação pelas “milícias digitais”.

Guerra, ódio, necropolítica

Estamos sendo governados sob o signo da “**guerra**” e do “**ódio**” (contra opositores, contra LGBTQIA+, contra negros/as, quilombolas, povos indígenas), incentivando a compra de **armas** pela população civil. Armas para se defender de criminosos, mas também para usar contra autoridades públicas (governadores, prefeitos ou o STF) que tomem alguma decisão contrária aos interesses do grupo atualmente no poder (por exemplo, medidas restritivas para evitar a disseminação do coronavírus).

É um governo que não “governa”: não pensa, não planeja, não decide **políticas públicas** a serem implementadas a serviço da população.

Frente aos problemas que existem ou que surgem – a pandemia, o desemprego, a fome, a alta do preço dos alimentos... – não propõe nenhuma medida governamental (exemplos de medidas possíveis que teriam efeito a curto prazo: eliminar os impostos dos alimentos de primeira necessidade / auxílio emergencial de 600 reais / distribuição gratuita de máscaras / campanha nacional pela vacinação / mudar a política de preços da Petrobras, desatrelando-a do dólar e dos valores internacionais²).

Não há estratégia para enfrentar a pandemia, é como se ela não existisse e/ou não fosse responsabilidade do governo federal: o resultado foi, até agora, 30 milhões de contaminados, 670 mil mortes.

Do ponto de vista da organização política, estamos num regime democrático manco, onde algumas coisas funcionam, outras, não, onde algumas leis são respeitadas, outras não.

- Instituições democráticas, Judiciário, são atacadas de forma sistemática com reação apenas do STF, do TSE (e, às vezes, de forma insuficiente em relação à gravidade dos ataques).

- O governo utiliza a desinformação (*fake news*) de forma massiva e permanente, sem que tal processo seja interrompido.

Há intenção deliberada de desmonte da máquina pública para justificar processos de privatização, ou de apropriação privada de bens e serviços públicos (cf. estudo do INESC “A Conta do Desmonte - Balanço Geral do Orçamento da União”, <https://www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento->

² Esta política de preços da Petrobras, a PPI (Paridade de Preços de Importação) é recente, que torna tão caros os preços dos combustíveis, não é a política usual da empresa, ela foi iniciada no governo Temer, em outubro de 2016.

[2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/](#)).

O balanço do Orçamento 2019-2021 revela um desmorte generalizado de políticas sociais. São inúmeros os exemplos:

- fechamento de diversos espaços de interlocução entre governo e sociedade;
- aumento da opacidade das informações;
- adiamento do Censo Demográfico;
- Programa Nacional de Imunização (PNI) em plena pandemia ficou meses sem direção;
- atrasos na vacinação contra o novo coronavírus;
- gestão errática do Auxílio Emergencial, extinção do Bolsa Família e a criação do Auxílio Brasil envolto em incertezas;
- confusões em torno do ENEM;
- desmorte do Ministério das Cidades;
- enxugamento da Petrobras e do BNDES;
- enfraquecimento dos órgãos ambientais de fiscalização;
- tentativas de privatização de empresas estatais (Eletrobrás, Correios);
- grande acordo feito entre o Executivo e a maior parte do Legislativo para destinar bilhões de reais à base aliada do governo por meio do “orçamento secreto” (o próprio nome já indica a violação de norma democrática, já que se trata de dinheiro público utilizado sem transparência³).

NECROPOLÍTICA – trata-se de políticas que levam à morte (vitimando não só adversários, mas parte da população, especialmente os pobres e, dentre estes, os negros, pelo vírus, pelo desemprego, pela fome, pela ação policial).

Renda em queda

Os resultados desta política econômica que só se preocupa com os ganhos da camada mais rica da sociedade e ignora a grande maioria da população são evidentes:

A renda média dos brasileiros recuou ao menor patamar em dez anos (2012-2021). 106 milhões de brasileiros (metade da população) sobreviviam com R\$ 13,83 por dia em 2021.

A perda para os 5% mais pobres foi de quase metade em comparação com dez anos atrás, passando de 75 reais por pessoa para 39 reais

³ No “orçamento secreto”, o presidente da Câmara e do Senado destinam vultosas verbas a parlamentares escolhidos por eles sem a obrigação de tornar públicos os nomes dos parlamentares. É uma forma explícita de “compra de votos”, já que só recebem tais recursos quem vota em favor do governo.

mensais: **R\$ 1,30 por pessoa por dia**, considerando todas as fontes de renda disponíveis (cf. PNAD Contínua, IBGE - O Globo 11/06/2022).

Neste ano, 21% da população está vivendo **sem renda do trabalho** (com aposentadoria, pensão, *Bolsa Família*, *Auxílio Brasil* ou nada), totalizando 43 milhões de pessoas. Se dividirmos 43 milhões por quatro – que é o número médio de membros de uma família, o resultado é aproximadamente 11 milhões de famílias nessa situação. E 80% são pobres ou miseráveis.

A renda trabalhista da metade mais pobre caiu 27,9% contra 17,5% dos 10% mais ricos.

Os principais grupos perdedores da crise foram **os indígenas, os analfabetos e os jovens entre 20 e 24 anos**⁴.

O total de profissionais brasileiros **que ganham até 1 salário-mínimo** era de 27,6% dos trabalhadores no último trimestre de 2015 (Dilma) e foi a 30,09% no mesmo período de 2018 (Temer). **Já em 2022, chegou a 38,22% do total da força ocupada**⁵. São 36 milhões de pessoas, oito milhões a mais que no fim do governo Temer.

“Em janeiro de 2015, a renda média do trabalhador era de R\$ 2.764, em valores corrigidos pela inflação. Em julho de 2020, turbinado com o Auxílio Emergencial, que aqueceu a economia, chegou ao recorde recente de R\$ 2.967. Mas desde então teve diversas quedas e agora está em R\$ 2.569”⁶.

Renda média do trabalhador

2015	2020	2022
R\$ 2.764	R\$ 2.967	R\$ 2.569

Bolsonaro vai terminar o mandato em dezembro de 2022 como **o primeiro presidente, desde o Plano Real (1994), a deixar o salário mínimo valendo menos** do que quando entrou⁷.

Valor da cesta básica em comparação com o salário-mínimo (R\$ 1.212)

	2019	2022
--	------	------

⁴ Marcelo Neri. *Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada*. Sumário Executivo. FGV Social. Setembro/2020 (https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Covid&Trabalho-Marcelo_Neri-FGV_Social.pdf).

⁵ Levantamento feito pelo economista Lucas Assis, da Tendências Consultoria, a pedido do jornal O GLOBO, 06/06/2022 (<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/pais-do-salario-minimo-trabalhadores-que-ganham-ate-o-piso-chegam-a-38percent.ghtml>).

⁶ Id., *ibid.*

⁷ O GLOBO, 09/05/2022 (<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/bolsonaro-sera-1-presidente-desde-plano-real-terminar-mandato-com-salario-minimo-valendo-menos-1-25503959>).

São Paulo	R\$ 522	R\$ 804
	52,3% do s.m.	66,3% do s.m.

A cesta básica, em abril, por exemplo, estava custando R\$ 803,99 em São Paulo, de acordo com pesquisa do Dieese. Isso equivale a 66,3% do salário mínimo atual. Em abril de 2019, início do governo Bolsonaro e antes da crise da pandemia, o custo da cesta básica na capital paulista era de R\$ 522,05, correspondente a 52,3% do salário mínimo da época, de R\$ 998.

Fome⁸

Cerca de 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil de hoje. São 14 milhões a mais que em 2020, 19 milhões. O Brasil deixou o Mapa da Fome em 2014, no final do governo Dilma, em virtude das políticas sociais implementadas pelos governos Lula e Dilma, especialmente o aumento real do salário-mínimo e o *Programa Bolsa Família*. A partir de 2018, governo Temer, o país voltou ao Mapa da Fome e este quadro piora com o governo Bolsonaro⁹.

Mais da metade da população brasileira (58,7%) vive com algum grau de insegurança alimentar. De acordo com a *Rede Penssan* (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), os principais fatores responsáveis pelo crescimento do número de brasileiros que sofre com insegurança alimentar, em diferentes níveis, são:

“A continuidade do desmonte de políticas públicas, a piora na crise econômica, o aumento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19. (...) O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990”, afirma o relatório¹⁰.

Cabe observar que o Brasil é o quarto maior exportador de grãos do mundo e é o maior exportador de grãos em valor, com receita de US\$ 37 bilhões - equivalente a 22,2% das exportações globais. Como se explica que, neste país, 33 milhões passem fome?

Trabalho

Em 6 anos, entre 2016 e 2022, o Brasil registrou um saldo de criação de 4,6 milhões de postos de trabalho (considerando admissões e demissões), sendo **76% no mercado informal**. Essa geração de postos ocorreu majoritariamente

⁸ Cf. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, feito pela *Rede Penssan - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional* (<https://www.poder360.com.br/brasil/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-diz-pesquisa/>).

⁹ Cf. [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml#:~:text="](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml#:~:text=)

¹⁰ Cf. <https://www.poder360.com.br/brasil/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-diz-pesquisa/>.

pelo achatamento salarial: foram criadas 7 milhões de vagas com rendimento de até um salário mínimo.

Trabalho¹¹	Percentual	2022
População ocupada	55,2%	95,2 milhões
Empregados com carteira de trabalho assinada (setor privado)	32,5%	34,9 milhões
Taxa de informalidade	40,1%	38 milhões
Desempregados	11,1%	11,9 milhões
Desalentados (desistiram de procurar trabalho)	4,1%	4,6 milhões de pessoas
Subutilizados¹² (desempregados ou que trabalham menos do que gostariam)	23,2%	26,8 milhões

A ameaça de um golpe

A democracia está sendo corroída por dentro.

O que o presidente quer é dar o golpe (fechar o STF, fechar o TSE...) ¹³: para que não haja nenhuma instituição ou lei que possa limitar o seu poder. No caso do Legislativo, o governo resolveu o problema “comprando” o Centrão com o “orçamento secreto”.

Na incerteza de que será reeleito em outubro, está preparando o caminho para deslegitimar as eleições de 2022, fazendo campanha de descrédito das urnas eletrônicas (de modo semelhante ao que fez Trump nos EUA, dizendo que as eleições foram fraudadas, estimulando seus eleitores a rejeitarem o resultado oficial).

¹¹ IBGE, dados do 1º trimestre de 2022: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

¹² Cf. IBGE, abril/2022

(https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2022_mar.pdf).

¹³ Cf. o livro de Marcos Nobre, de 2020: *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo, Todavia.

A política econômica segue o caminho ultraliberal, com juros cada vez mais altos para atender unicamente aos interesses do capital financeiro, da camada mais rica da população. Juros mais altos impedem o desenvolvimento econômico, contribuem para o desemprego.

O que Bolsonaro pretende? Criar o caos, para confundir a maioria e gerar um ambiente em que seja possível apelar à força para “restabelecer a ordem”.

E confronta o Judiciário (STF e/ou TSE), atacando-os sistematicamente.

Um golpe “clássico” (tanques nas ruas) seria difícil, porque não há apoio internacional (nem dos EUA, nem de outros países desenvolvidos). A grande mídia também se opõe a um golpe. A grande maioria da população não quer uma ditadura, não daria apoio a um golpe. Somente seus seguidores mais radicais (que podemos estimar entre 10% e 15% dos eleitores) anseiam por uma ditadura.

O risco de tumulto existe, envolvendo polícias e/ou milícias. O presidente está sempre estimulando o ódio, a violência, responsabilizando outros pelos males existentes. E incentiva ações violentas seja por seus discursos de ódio, seja ao legitimar agressões ou mortes causadas por policiais. Em virtude do estímulo vindo de cima, do apoio à impunidade, tem ocorrido violência com muito mais frequência por parte da polícia contra populações periféricas ou por parte de invasores contra indígenas. O assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips na Amazônia se inscreve neste quadro, em que há um desmonte dos órgãos de fiscalização e controle (FUNAI, IBAMA, Forças Armadas na região)¹⁴, os territórios indígenas ficam desprotegidos e há estímulo a atividades ilegais com garantia de impunidade.

Como Bolsonaro governa

O presidente não “governa”, não planeja nem decide políticas para o conjunto da população, especialmente para a maioria com menor renda.

Porém, contrariamente ao que ele diz insistentemente, que “não o deixam governar”, ele toma uma série de medidas e consegue aprová-las. Não para o conjunto da sociedade, mas para uma parte dela: para sua família, para seus amigos, para os que o apoiam, em benefício das Forças Armadas, dos policiais, das milícias.

¹⁴ “Das 39 Coordenações Regionais da FUNAI, apenas duas contam com chefes titulares servidores do órgão, já tendo sido nomeados 17 militares, três policiais militares, dois policiais federais e seis profissionais sem vínculo anterior com a administração pública. O presidente da Funai, Marcelo Xavier, trocou todos os cargos DAS 4 existentes no órgão, nomeando, também aqui, militares e policiais para grande parte deles” (<https://www.inesc.org.br/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro/>).

Na Reforma da Previdência, reduziu direitos da grande maioria dos trabalhadores, mas introduziu mudanças para melhorar a aposentadoria e a pensão dos militares e elevou a remuneração, especialmente dos oficiais superiores.

Tomou uma série de medidas para facilitar a posse e o porte de armas por indivíduos, o que teve como resultado, em três anos, que “foram registradas mais de 1 milhão de novas armas particulares no Brasil, segundo dados da Polícia Federal e do Exército obtidos pelos institutos *Sou da Paz* e *Igarapé* por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação)”¹⁵.

Às vésperas de um ano eleitoral (novembro/2021), acabou com o *Programa Bolsa Família* e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) e substituiu-os pelo *Programa Auxílio Brasil*, programa feito às pressas e mal desenhado.

Faltando três meses para as eleições, fez aprovar uma lei que institui o estado de emergência, de modo a oferecer um conjunto de benefícios sociais para a população mais pobre, uma lei que viola várias normas legais e a própria Constituição. Benefícios que só valerão até o final do ano, portanto, uma lei com objetivos meramente eleitoreiros, fraudando o processo eleitoral em favor do candidato à reeleição.

Situando o momento atual no fluxo da história

A implementação de políticas neoliberais nos últimos 40 anos na maior parte dos países gerou desemprego, empobrecimento, redução de recursos para políticas públicas (sobretudo as políticas sociais – saúde, educação, etc.).

O neoliberalismo foi desmontando o Estado de Bem Estar social para favorecer o investimento privado. Estimulou o individualismo e a busca individual do sucesso econômico (“vencedores x perdedores”), jogando a culpa do insucesso sobre o indivíduo (“que não estudou”, “que não se esforçou” ...).

O Estado foi se transformando numa instituição que não se ocupa dos cidadãos – pois “cada um deve buscar sua própria saída” (plano de saúde privado, universidade privada, previdência privada, etc.). E os impostos recolhidos dos cidadãos pelo Estado são usados para pagar a dívida pública (externa e interna). O governo argumenta não ter meios suficientes: “O Estado está endividado, não tem recursos para as políticas sociais”. Na verdade, os recursos, não investidos nas políticas públicas, são redirecionados para o setor financeiro – bancos e investidores ou rentistas, o 1% mais rico da pirâmide social.

Isto teve como consequência o aumento da pobreza, da desigualdade social, da insegurança, da vulnerabilidade.

O que levou ao aumento da violência, do encarceramento.

¹⁵ Citado em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/04/registro-de-armas-jair-bolsonaro-cacs-violencia-homicidios-lobby.htm>

E, por sua vez, à decepção com a democracia, ao ressentimento, à cólera.

Este ressentimento, esta “raiva” contra a política, levou à eleição de líderes “salvacionistas” que se diziam “contra a política”, “contra o sistema”, mas adotaram políticas mais neoliberais e com forte dose de autoritarismo (quase-ditaduras). Eleições democráticas elegeram líderes que avançaram no processo de **desdemocratização**. São exemplos de países que seguiram este caminho:

EUA (Trump), Bolsonaro (Brasil), Matteo Salvini (Itália), Viktor Orbán (Hungria), Erzep Erdogan (Turquia), Filipe Duterte (Filipinas), Boris Johnson (Inglaterra), Polônia (Andrzej Duda).

São governos que se afirmam em favor do povo, mas efetivamente agem contra a maior parte, adotando políticas que retiram direitos das maiorias, discriminam minorias e privilegiam a camada mais rica.

O neoliberalismo seria inviável numa verdadeira democracia - com imprensa livre e liberdade de opinião e expressão -, razão pela qual o governo que o implementa adota formas autoritárias, pressupõe um processo de enganação da opinião pública por parte da grande mídia.

O neoliberalismo e seus ataques à democracia

A democracia vem sendo restringida desde o início da hegemonia neoliberal, antes, portanto, da onda de extrema-direita dos últimos dez anos. Em livro de fins do século passado (1995), afirmava Hobsbawm:

“Infelizmente, à medida que se aproximava o novo milênio, as incertezas em torno da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que as vantagens desse sistema não pareçam mais tão óbvias quanto entre 1950 e 1990”. (Eric Hobsbawm, A Era dos Extremos, p. 143).

Recentemente, depois da vitória do *Brexit* na Inglaterra (junho/2016) e de Trump nos EUA (novembro/2016), saíram livros que expressam esta preocupação: *“Como as democracias morrem?”*, *“Como a democracia chega ao fim?”*.

Diretamente ligada a esta questão – a democracia sob ataque –, temos a forma de utilização das redes sociais (*facebook, instagram, twitter*, etc.), que contribuiu para a expansão do discurso do ódio. Há livros sobre isto (“Os engenheiros do caos”, “A máquina do ódio”, entre outros), e há vários documentários abordando esta temática: “O Dilema das redes”, “Privacidade hackeada”, “Driblando a democracia” (de Thomas Huchon), uma conferência *TED* de Carol Cadwalladr, jornalista britânica, sobre o caso da “Cambridge Analytica” (https://www.ted.com/talks/carole_cadwalladr_facebook_s_role_in_brexit_and_the_threat_to_democracy).

Em outubro de 2021, “a ex-funcionária do *Facebook* que denunciou a empresa por priorizar o lucro no lugar da segurança dos usuários... Frances Haugen, que é engenheira de dados... contou que, apesar da empresa garantir que seu software de inteligência artificial capta mais de 90% dos discursos de ódio, o número é inferior a 5%”. A utilização de um certo tipo de algoritmos garante que quanto mais curtidas há, maior é o engajamento. “De acordo com a

especialista em dados, o sistema prioriza e amplifica a polarização e o conteúdo extremo”¹⁶.

São apenas cinco as grandes empresas mundiais de tecnologia (Google, Facebook, Apple, Amazon e Microsoft). Assim como a grande mídia condicionava (sozinha) as mentes da grande maioria, as redes sociais mundiais são hoje usadas por uma parte significativa da população e as empresas que as comandam estimulam uma forma de pensar e de se comportar, enfatizando o engajamento emocional¹⁷. Não sem razão, cresce o discurso do ódio e a difusão de *fake news* (desinformação), que atraem maior engajamento das pessoas.

Só recentemente tem havido esforços no sentido de regular o uso das redes sociais e submeter as grandes empresas de tecnologia da comunicação a algum tipo de controle social, mas ainda falta muito a fazer.

O que a pandemia nos revelou?

1. **Ou mudamos a forma de nos relacionarmos com a natureza, ou a humanidade se autodestruirá.**

O desmatamento e, mais amplamente, a perda da biodiversidade, contribuem para o aquecimento global. Além disso, estão na origem dos inúmeros vírus que se desenvolveram nas últimas décadas, inclusive do novo coronavírus. Se continuarmos a agir como estamos, será inevitável o surgimento de novos vírus pandêmicos, mais letais que o atual.

A estimativa feita pelos especialistas é que a perda acelerada de espécies que presenciamos hoje está, no mínimo, 1.000 vezes acima da taxa de extinção natural.

Precisamos de outra economia, harmoniosa com a natureza

Desde há muitos anos, existem diversos estudos e propostas alternativas de organização da sociedade. Já dispomos de práticas (e de teorias) que comprovam que outra economia é possível.

2. **É possível “mudar” a economia.**

Quando a Organização Mundial da Saúde admitiu a pandemia, de repente, como que por um milagre, todas as economias do mundo pararam. E o processo de aquecimento global foi, provisoriamente, reduzido.

Portanto, ao contrário do que dizia a teoria dogmática, é possível mudar a economia.

3. **A política pública de saúde – universal, gratuita - é absolutamente fundamental para um país.** Isto foi reconhecido por governos que antes eram defensores da privatização, com na França e na Inglaterra e por autoridades de muitos países. É a saúde pública que está salvando as populações nesta

¹⁶ Cf. <https://olhardigital.com.br/2021/10/25/internet-e-redes-sociais/ex-funcionaria-que-denunciou-facebook-depoe-em-parlamento-e-hora-de-agir/>

¹⁷ Cf. <https://www.politize.com.br/big-techs/>

pandemia. Onde o sistema público não existe, as vítimas são os pobres - que, em muitos países, são a maioria.

4. Editorial do *Financial Times* (principal expressão do pensamento neoliberal), três meses depois do reconhecimento da pandemia, defendeu um redirecionamento da economia mundial:

“Reformas radicais — reverter a direção política predominante das últimas quatro décadas — terão de ser postas sobre a mesa. Os governos terão de aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não despesas, e buscar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda; os privilégios dos idosos e dos ricos serão questionados. Políticas até recentemente consideradas excêntricas, como a renda básica e o imposto sobre a riqueza, deverão entrar na mistura” (Financial Times, 07/04/2020).

É preciso, portanto, investir em políticas públicas: educação, transporte, habitação etc. A revalorização destas políticas é o oposto do dogma “público é ruim, privado é bom” – sustentado nestas últimas quatro décadas. Na hora da crise, foi o sistema público o pilar para o enfrentamento do vírus.

Apesar de tudo, há resistência: alguns sinais

Redes de solidariedade. A situação de pandemia revelou uma enorme capacidade de ação e reação da sociedade civil: inúmeras redes de solidariedade se formaram em todo o país para ajudar as populações mais vulneráveis (vide uma pesquisa sobre a solidariedade nas periferias do Brasil¹⁸).

No Congresso. Apesar de o governo ter aprovado muitas medidas prejudiciais à grande maioria, os protestos, assim como a pressão de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil (OSCs), de parlamentares democráticos, barrou várias medidas deletérias e conseguiu aprovar outras boas. Foi o caso da renda emergencial de 600 reais, aprovada no Congresso em março de 2020 e, depois, renovada por mais quatro meses.

Do mesmo modo, o governo teve de ceder à pressão e foi obrigado a remover vários ministros (Meio Ambiente, Educação, Saúde, Relações Exteriores...)

Os movimentos de mulheres têm sido dos mais fortes nos últimos anos.

O movimento LGBTQIA+ tem obtido grande visibilização.

O movimento negro (inclusive o **movimento de mulheres negras**) também tem crescido.

¹⁸ Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia - A Sociedade Civil das Periferias Urbanas Frente à Pandemia (março-julho 2020) - Rebecca Abers e Marisa von Bülow (<https://sinapse.gife.org.br/download/repositorio-de-iniciativas-da-sociedade-civil-contra-a-pandemia-relatorio-de-pesquisa-01>).

Os povos indígenas, embora sejam parte pequena da população total, têm conseguido uma incrível resistência face aos ataques que têm sofrido e têm articulado mobilizações consideráveis, como a do Abril Indígena.

As periferias estão se mexendo, se mobilizando, inovando, criando... Há um importante papel da cultura aqui (música, teatro, dança, poesia).

Também nas Igrejas. Por exemplo, na Igreja católica:

Cf. “Carta ao Povo de Deus”, com duras críticas ao governo Bolsonaro, assinada por 152 bispos católicos (julho/2020) (<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/27/em-carta-ao-povo-de-deus-152-bispos-criticam-incapacidade-de-jair-bolsonaro/>).

Em seguida, saiu uma carta de apoio aos bispos de mais de 1 mil padres. E saiu, depois, uma carta de apoio aos bispos assinada por 12 mil leigos e leigas do Brasil.

Cf. a “Mensagem ao Povo Brasileiro” aprovada em abril/2022 pela Assembleia Geral da CNBB (abril/2022) (<https://www.cnbb.org.br/mensagem-povo-brasileiro-fe-esperanca-compromisso-vida-brasil/>).

Entre os evangélicos:

Frente dos Evangélicos pelo Estado de Direito (<https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/>)

Coletivo Memória e Utopia (<https://www.facebook.com/memoriaeutopia/>)

Coletivo Bereia – Informação e Checagem de Notícias (<https://coletivobereia.com.br/>)

E depois da pandemia? Como devemos nos organizar?

Ficou claro que não podemos voltar à normalidade anterior, que nos levou à pandemia, às mudanças climáticas e ao aumento da desigualdade social.

Precisamos de outra economia: reorientar os recursos a serviço da humanidade, a serviço da vida e não do lucro (este é o sentido do movimento de âmbito internacional “Economia de Francisco e Clara”).

A economia não é uma atividade neutra, não existe uma só economia possível. A primeira pergunta a se fazer diante de uma política econômica é: para quem? a quem esta política beneficia?

Virada Socioambiental

Fazer uma transição energética em direção às **energias renováveis (solar, eólica, oceânica...), ao saneamento básico e às ferrovias.**

“GREEN NEW DEAL”: está-se construindo um *Pacto Social Verde*, para garantir a sobrevivência da Terra e, portanto, da vida humana no Planeta. Trata-se da busca de construção de uma economia ecológica.

Agroecologia (sem agrotóxicos, sem transgênicos) já existe e produz alimentos saudáveis e suficientes para todos.

Energia solar – sobra sol no Brasil...

...

Bens comuns

Precisamos adotar uma lógica dos *comuns* (ou *bens comuns*). Há bens que são “comuns” (de todos), alguns naturais, como a atmosfera, o ar, as florestas e outros como o conhecimento, a cultura e assim por diante.

A água é um destes *bens comuns*: não pode ser tratada como mercadoria, não pode ser usada como fonte de lucros, não pode ser privatizada¹⁹.

Como afirma o Papa Francisco, em sua encíclica *Laudato Sí* (2015):

“O acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos” (n. 30).

Revogação da Emenda Constitucional 95 (Lei do Teto dos Gastos)

Que limita os gastos em saúde, educação, assistência social por 20 anos.

Revogação da Reforma Trabalhista

A Reforma aprovada em 2017 retirou os direitos dos trabalhadores e os concedeu aos empresários.

Renda Básica de Cidadania

A riqueza produzida pelo Brasil em 2019 foi de 7,3 trilhões de reais. Se houvesse uma distribuição igualitária, isto daria para cada família de quatro pessoas receber o valor de 11 mil reais por mês, suficiente para a família ter uma vida digna. Nosso problema não é econômico (“falta de recursos”): é político²⁰.

É possível instituir uma Renda Básica de Cidadania, que garanta a cada pessoa um salário-mínimo. Isto permitiria aos mais vulneráveis meios de viver e também de encontrar um trabalho digno (e não aceitar qualquer emprego precário).

Auditoria da dívida pública

O Brasil gasta hoje metade do orçamento com a dívida pública (juros e rolagem da dívida). Os juros, que, nos últimos anos, variaram de 200 a 500 bilhões de reais por ano, são pagos ao topo da nossa pirâmide social,

¹⁹ Nos últimos anos, 884 cidades em todo o mundo remunicipalizaram seus serviços de água (cf. “Privatizações revertidas: 884 serviços caros e ruins foram reestatizados no mundo, mostra instituto” - <https://cee.fiocruz.br/?q=Privatizacoes-revertidas>).

²⁰ Cf. Dowbor, E quando o pesadelo neoliberal vai acabar? 15/07/2021 (<https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/dowbor-quando-o-pesadelo-neoliberal-acabar/>).

o 1% mais rico do país. Nossa dívida é, em sua maior parte, irregular ou ilegal. Seria preciso auditar esta dívida para revelarmos o quanto há de ilegal aí e interrompermos a transferência dos recursos públicos para os mais ricos.

Jornada de Trabalho

É preciso reduzir a jornada de trabalho sem reduzir o salário: a produtividade hoje é tal que nos permite produzir na metade do tempo aquilo que antes exigia tempo integral. A lógica é “trabalhar menos para trabalharem todos”.

Políticas sociais

É preciso possibilitar o acesso a bens de consumo coletivo (o “salário indireto”) – as políticas sociais: saúde, educação, transporte, habitação, ciência e tecnologia, pesquisa.

Reforma Tributária

O sistema atual reproduz a desigualdade, porque os pobres pagam proporcionalmente mais que os ricos e os ricos pagam pouco (ou nada).

Precisamos de um sistema tributário progressivo, isto é, onde os que têm mais pagam mais e os que têm menos pagam menos (ou nada).

Taxação das grandes fortunas

No início de 2017, os 6 maiores bilionários do País possuíam juntos riqueza equivalente à da metade mais pobre da população (106 milhões de pessoas)²¹.

Recuperar a Petrobras e renacionalizar o petróleo

Utilizar seus recursos para a transição para as energias renováveis e uma sociedade mais igualitária²².

²¹ OXFAM, “A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras”, 2017, 94 págs. (<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>), p. 18; OXFAM, A desigualdade mata, janeiro/2022 (<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>).

²² O *Projeto Resgate* (site *Outras Palavras*) contém vídeos (“lives”) de debates virtuais com especialistas e podcasts sobre temas que deveriam compor um projeto de reconstrução do Brasil: <https://outraspalavras.net/resgate/acervo/>